

**INSTITUTOS FEDERAIS: OS DESAFIOS E OS DESAFIADOS NA
CONSTRUÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE**

*FEDERAL INSTITUTES: THE CHALLENGES AND THOSE WHO
WERE CHALLENGED IN THE CONSTRUCTION OF A QUALITY
EDUCATION*

*INSTITUTOS FEDERALES: LOS RETOS Y QUIENES FUERON
RETOS EN LA CONSTRUCCIÓN DE UNA EDUCACIÓN DE CALIDAD*

Paulo Roger Roseno Dias

E-mail: pauloroger.adv@gmail.com

Geison Jader Mello

E-mail: geison.mello@ifmt.edu.br

ABSTRACT:

This article aims to analyze the main challenges and risks impacting the continued existence of Federal Institutes (IFs), based on the reflections of Professor Gaudêncio Frigotto and the theoretical framework of EPT. The specific objectives are to describe the implications of recent educational reforms, particularly those of secondary education, and the effects of underfunding resulting from restrictive fiscal policies on the functioning and educational mission of IFs. The methodological procedures adopted were a bibliographical and documentary analysis of laws and published articles, combined with a critical review of videos, interviews, and texts by Frigotto, complemented by a survey of data on public policies and budgets allocated to Federal Institutes from 2014 to 2024. The results indicate that, despite the relevance and social role of Federal Institutes in democratizing access and providing comprehensive education, these institutions face significant challenges, such as recurring budget cuts, pressures for strict alignment with the labor market, threats to institutional autonomy, and attempts to distort their identity. The study highlighted that defending Federal Institutes requires not only adequate resources and infrastructure, but also the preservation of their original pedagogical project, based on the integration of science, culture, technology, and citizenship development, resisting austerity policies and reductionist views of education.

KEYWORDS: Federal Institutes, Precariousness and Challenges, Professional and Technological Education, Commodification of Education.

RESUMO:

O presente artigo tem como objetivo principal analisar os principais desafios e riscos que impactam a continuidade de existência dos IFs, com base nas reflexões do professor Gaudêncio Frigotto e no referencial teórico da EPT. Como objetivos específicos: descrever as implicações das reformas educacionais recentes, em especial a do Ensino Médio, e os efeitos do subfinanciamento decorrente de políticas fiscais restritivas, no funcionamento e na missão formativa dos IFs. Os procedimentos metodológicos adotados foram a análise bibliográfica e documental de leis e publicações de artigos, associada à revisão crítica de vídeos, entrevistas e textos de Frigotto, complementada por levantamento de dados sobre políticas públicas e orçamentos destinados aos Institutos Federais, no período de 2014 a 2024. Os resultados alcançados indicam que, apesar da relevância e do papel social dos IFs na democratização do acesso e na formação integral, essas instituições enfrentam desafios significativos, como cortes orçamentários recorrentes, pressões por alinhamento estrito ao mercado de trabalho, riscos à autonomia institucional e tentativas de descaracterização de sua identidade. O estudo evidenciou que a defesa dos Institutos Federais exige não apenas recursos e infraestrutura adequados, mas também a preservação de seu projeto pedagógico original, pautado na integração entre ciência, cultura, tecnologia e formação cidadã, resistindo às políticas de austeridade e às visões reducionistas da educação.

PALAVRAS-CHAVE: Institutos Federais, Precarização e Desafios, Educação Profissional e Tecnológica, Mercantilização do Ensino.

RESUMEN:

Este artículo busca analizar los principales desafíos y riesgos que afectan la continuidad de los Institutos Federales (IF), basándose en las reflexiones del profesor Gaudêncio Frigotto y el marco teórico de la EPT. Los objetivos específicos son describir las implicaciones de las recientes reformas educativas, en particular las de la educación secundaria, y los efectos de la subfinanciación derivada de las políticas fiscales restrictivas en el funcionamiento y la misión educativa de los IF. Los procedimientos metodológicos adoptados fueron un análisis bibliográfico y documental de leyes y artículos publicados, combinado con una revisión crítica de videos, entrevistas y textos de Frigotto, complementado con un análisis de datos sobre políticas públicas y presupuestos asignados a los Institutos Federales entre 2014 y 2024. Los resultados indican que, a pesar de la relevancia y el rol social de los Institutos Federales en la democratización del acceso y la provisión de una educación integral, estas instituciones enfrentan desafíos significativos, como recortes presupuestarios recurrentes, presiones para una alineación estricta con el mercado laboral, amenazas a la autonomía institucional e intentos de distorsionar su identidad. El estudio destacó que la defensa de los Institutos Federales requiere no solo recursos e infraestructura adecuados, sino también la preservación de su proyecto pedagógico original, basado en la integración de la ciencia, la cultura, la tecnología y el desarrollo ciudadano, resistiendo las políticas de austeridad y las visiones reduccionistas de la educación.

PALABRAS CLAVE: Institutos Federales, Precariedad y Desafíos, Educación Profesional y Tecnológica, Mercantilización de la Educación.

INTRODUÇÃO

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFs, têm desempenhado papel fundamental na democratização do acesso à EPT no Brasil, especialmente por sua interiorização em regiões historicamente vulneráveis e menos atendidas pelas instituições tradicionais. Contudo, essa identidade institucional, construída ao longo de mais de um século, vem enfrentando sérios desafios e ameaças.

A contrarreforma do Ensino Médio, instituída pela Lei nº 13.415/2017, que fragmenta o currículo e prioriza a formação técnica precoce, ameaça o caráter integral e politécnico que os IFs sempre buscaram manter. Além disso, os sucessivos cortes orçamentários decorrentes da Emenda Constitucional nº 95/2016 limitam drasticamente a capacidade dessas instituições de manter suas políticas de inclusão social, infraestrutura adequada e quadro docente qualificado. Paralelamente, pressões para adequação a demandas mercadológicas, muitas vezes imediatistas, podem reduzir os IFs a meros centros de formação técnica focados exclusivamente na empregabilidade, esvaziando sua missão emancipatória e social.

Este trabalho se justifica pela importância estratégica dos IFs no cenário educacional brasileiro, não apenas pela sua abrangência territorial, mas pelo papel que desempenham na

promoção da inclusão social, do desenvolvimento regional sustentável e da formação crítica e cidadã dos jovens. Em um contexto de mudanças políticas e econômicas que tensionam a autonomia e a identidade dessas instituições, torna-se fundamental analisar de forma aprofundada os fatores que colocam em risco sua essência. A compreensão das consequências das reformas educacionais recentes, do subfinanciamento e das pressões externas contribuem para fortalecer o debate público e acadêmico, assim como para subsidiar políticas e ações que garantam a continuidade de um projeto educativo que valoriza a formação humana integral e a justiça social, conforme defendido por pesquisadores e educadores críticos.

O presente artigo tem como objetivo principal analisar os principais desafios e riscos que impactam a continuidade de existência dos IFs, com base nas reflexões do professor Gaudêncio Frigotto e no referencial teórico da EPT. Como objetivos específicos: descrever as implicações das reformas educacionais recentes, em especial a do Ensino Médio, e os efeitos do subfinanciamento decorrente de políticas fiscais restritivas, no funcionamento e na missão formativa dos IFs. Além disso, o estudo pretende apontar caminhos para a preservação da função social e educacional dessas instituições, ressaltando a necessidade de articulação política e mobilização social para assegurar a manutenção de uma educação politécnica, integral e emancipadora no contexto brasileiro contemporâneo.

1. EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA E OS INSTITUTOS FEDERAIS

A trajetória da EPT no Brasil, e a consequente instituição dos IFs pela Lei nº 11.892, de 2008, pode ser compreendida através da lente das disputas históricas inerentes ao campo educacional, conforme analisado por Saviani (1996) e outros estudiosos da área. A educação é vista como uma atividade que pode simultaneamente atender às demandas do capital ou servir como instrumento de emancipação do cidadão, dependendo da hegemonia política e social.

"Essa disputa reflete a necessidade de uma educação que rompa com a lógica da reprodução social, buscando uma formação para além das necessidades impostas pelo capital(MÉSZÁROS, 2008)."

A história da EPT no Brasil foi marcada por uma herança socioeducacional que desvalorizava as atividades manuais, reforçando preconceitos de que a formação profissional se trata apenas da repetição de tarefas sem reflexão crítica, promovendo assim uma formação alienada.

É situada historicamente a consolidação da dualidade educacional no país. O Decreto nº 20.158, de 1931, na Era Vargas, contribuiu para a institucionalização da dualidade na Educação Pública, introduzindo o termo "técnico" para designar um nível intermediário na divisão do trabalho. Essa perspectiva dualista foi marcante na Reforma Capanema, que diferenciava escolas industriais - para ofícios que exigiam maior capacitação, destinadas a alunos que não trabalhavam - das escolas de aprendizes que eram focadas em formação pontual para o exercício de funções.

Essa dualidade foi revisitada e reforçada por propostas de contrarreforma. O PL 2.208/1997, ao separar novamente o Ensino Médio e o Ensino Técnico, equiparou-se às reformas de Capanema, intensificando a disputa e marcando a oposição entre uma educação focada para atender às demandas do mercado de trabalho e uma educação clássica voltada para a formação da classe dirigente. Essa dualidade alinha-se às Teorias Não Críticas da Educação, que, segundo Saviani (1996), imputam à escola a responsabilidade pela superação da marginalidade social sem questionar as estruturas. A pedagogia tecnicista, baseada em princípios de racionalidade, eficiência e produtividade, advoga a reordenação do processo educativo de forma objetiva e operacional, reduzindo o professor e o aluno à condição de executores de um processo concebido por especialistas.

"Tal modelo consolida o mercado como o principal balizador do conhecimento, direcionando a formação para o trabalho simples em detrimento do trabalho complexo (NEVES; PRONKO, 2008)."

A criação dos IFs e a expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica a partir de 2003 marcam uma tentativa de superação dessa dualidade estrutural. A integração do Ensino Médio com a Educação Profissional ganhou destaque, culminando no Decreto 5.154, de 2004, que reintroduziu a possibilidade de uma integração entre a formação propedêutica e a profissional. Este movimento, que contou com o apoio intelectual de nomes como Gaudêncio Frigotto e Maria Ciavatta, e contrastou com o pensamento educacional do governo anterior.

A identidade dos IFs está centrada no trabalho como princípio educativo e na busca pela formação integral e crítica do cidadão. Esta concepção educativa se manifesta no tripé da omnilateralidade, educação integral e politecnia, elementos que buscam romper com as dicotomias entre formação geral e específica. O Ensino Médio Integrado (EMI) é considerado o pilar fundamental para bases duráveis de sustentabilidade e qualidade nos territórios.

Em termos de tendências pedagógicas, o esforço em promover a formação integral e crítica se opõe diretamente às pressões para instrumentalizar a educação e subordiná-la ao mercado, resistindo às propostas de contrarreforma que visam a subordinação instrumentalista do Ensino Médio.

2. OS DESAFIOS PARA OS INSTITUTOS FEDERAIS

Os IFs foram concebidos para promover uma educação profissional e tecnológica integral que articula ensino, pesquisa e extensão com foco no desenvolvimento local e regional. No entanto, essa identidade institucional enfrenta múltiplos desafios que comprometem a continuidade e a profundidade desse projeto educacional. Para Frigotto (2018), algumas das principais dificuldades que cercam essas instituições, são a necessidade de reflexão crítica e a mobilização coletiva para preservá-las.

"Esses impasses reafirmam a complexidade de se consolidar uma política pública de EPT que resista às oscilações políticas e econômicas do século XXI (RAMOS, 2019)."

Além do corte de recursos desde 2015, um dos principais desafios apontados por Frigotto (2024) é a ameaça representada pela contrarreforma do Ensino Médio, instituída pela Lei nº 13.415/2017. Para ele, essa reforma fragmenta o currículo e subordina a educação às demandas imediatas do mercado, fragilizando a formação integral dos estudantes.

A imposição dos itinerários formativos e a precocidade na profissionalização fazem com que o ensino perca sua dimensão crítica e politécnica, reduzindo os jovens a meros consumidores de conteúdos técnicos e práticos, sem a base científica e humanística necessária para sua plena formação como cidadãos. Frigotto (2024) alerta que a adoção integral dessa contrarreforma pelos IFs pode levar à perda de sua identidade original, transformando-os em instituições focadas exclusivamente na formação técnica imediata, sem compromisso com a formação cidadã e emancipadora.

"A defesa dessa identidade aproxima-se da pedagogia libertadora, onde a educação técnica não deve ser dissociada de uma formação humana integral e política (FEITOSA; SANTOS; SILVA, 2022)."

Diante do financiamento decrescente que vem assolando os IFs, agravado pelos cortes orçamentários decorrentes da Emenda Constitucional nº 95/2016 (antiga PEC 55), que estabeleceu o teto dos gastos públicos (Frigotto, 2018, p 8). Esse cenário limita a capacidade dos

institutos de manter uma infraestrutura adequada, contratar e qualificar docentes e garantir políticas de assistência estudantil essenciais para a inclusão social.

Além disto, existe uma pressão dos setores econômicos locais para que os IFs atendam exclusivamente às demandas imediatas do mercado regional, criando cursos focados em interesses específicos, muitas vezes vinculados a grandes produtores ou corporações. Essa pressão pode desviar os institutos de sua função social ampla e plural, comprometendo a autonomia pedagógica e a diversidade de oferta formativa que caracteriza os IFs. Alerta-se para o risco de os institutos se transformarem em fábricas de mão de obra para setores específicos, sacrificando a formação ampla e crítica que orienta seu projeto educativo (Frigotto, Ciavatta e Ramos, 2012, p 167-173).

Outro desafio relacionado é a fuga de servidores que dificulta a fixação do corpo docente e técnico nas regiões interioranas onde muitos campi dos IFs estão localizados. Esse fenômeno compromete a continuidade das atividades, o vínculo institucional e a qualidade do ensino, pois os servidores buscam melhores condições de vida em centros urbanos maiores ou regiões com melhor qualidade de vida (Ramos, 2019). Ressalta-se a importância de políticas públicas que enfrentem esse problema, garantindo condições adequadas para que os profissionais permaneçam nas regiões atendidas pelos IFs.

Por fim, chama-se a atenção para a fragilidade do diálogo e da unidade entre os próprios IFs que, em vez de se unirem para pautar e defender sua identidade, muitas vezes se veem em competição, o que enfraquece a capacidade coletiva de resistência às pressões externas. Frigotto (2024) defende a necessidade de uma mobilização conjunta, com solidariedade e compromisso entre as instituições, para enfrentar a pedagogia do medo e as tentativas de instrumentalização da educação por interesses políticos e econômicos.

Diante desses desafios, Frigotto (2024, minuto 5:46) conclama pesquisadores, educadores e gestores a aprofundarem o debate científico, a não sonegar informações e a promoverem uma luta coletiva pela manutenção da identidade dos IFs, garantindo que continuem a ser espaços de educação integral, crítica e transformadora essenciais para a democracia e o desenvolvimento social do país.

3. ANÁLISE DA TRAJETÓRIA ORÇAMENTÁRIA DA EDUCAÇÃO FEDERAL (2014-2025): DE UMA CRISE PROFUNDA À RECOMPOSIÇÃO GRADUAL

A última década representou um período de extrema volatilidade e desafios para o financiamento da educação superior e tecnológica no Brasil. A trajetória orçamentária das Universidades Federais e dos IFs entre 2014 e 2025 pode ser caracterizada por uma acentuada crise seguida por um recente, porém significativo, movimento de recuperação. Esta seção se propõe a analisar as oscilações nos recursos destinados a essas instituições, destacando os marcos políticos e econômicos que definiram um cenário de severas restrições e, posteriormente, sinalizaram uma retomada dos investimentos.

O período analisado inicia-se entre 2014 e 2015, quando os primeiros sinais de uma crise econômica e política começaram a impactar o orçamento da educação, que, embora ainda estável, já se mostrava insuficiente para acompanhar a inflação e a expansão da rede. O ponto de inflexão ocorreu em 2016 com a aprovação da Emenda Constitucional nº 95 conhecida como Teto de gastos. Esta medida inaugurou uma fase de congelamento e cortes reais nos orçamentos, cujos efeitos se agravaram progressivamente nos anos seguintes.

Entre 2017 e 2022, as instituições federais de ensino enfrentaram um cenário de contingenciamentos e bloqueios orçamentários que chegaram a comprometer mais de 30% dos recursos discricionários. Essa asfixia financeira impactou diretamente o custeio de despesas básicas, como energia elétrica e limpeza, além de precarizar a assistência estudantil e inviabilizar investimentos. A situação foi agravada pela pandemia de Covid-19 em 2020 que impôs novas demandas sem a correspondente recomposição orçamentária.

A partir de 2023, contudo, observa-se uma mudança de rumo, com o novo governo federal iniciando um processo de recomposição orçamentária. Suplementações bilionárias foram destinadas às universidades e IFs, acompanhadas do anúncio de expansão da rede e reajustes em políticas de permanência estudantil. Essa tendência de recuperação prosseguiu em 2024 e 2025, com novos aportes financeiros, apesar de restrições temporárias no empenho dos recursos.

A análise detalhada desses eventos revela não apenas as consequências de políticas de austeridade para a educação, mas também os esforços recentes para reverter um quadro de precarização e reafirmar o papel estratégico do ensino federal para o desenvolvimento do país.

Abaixo temos um gráfico (figura 1) extraído do Painel do Orçamento do Governo Federal (SIOP) elencando de forma cronológica o orçamento dos Institutos Federais desde 2010 até 2025:

Figura 01 – Gráfico.



Fonte: Painel do orçamento Federal (SIOP)

CRONOLOGIA DE FATOS		
Ano	Descrição	Situação
2014-2015	SINAIS DE ALERTA	A crise econômica começa a impactar os recursos e o orçamento já cresce abaixo da inflação, sendo insuficiente para as demandas.
2016	O TETO DE GASTOS	Aprovação da Emenda Constitucional nº 95, congelando investimentos em educação por 20 anos e iniciando um período de cortes reais e contínuos.
2017-2019	CRISE AGUDA	Bloqueios de até 30% do orçamento do MEC levam a dificuldades em serviços básicos e geram uma onda de protestos em todo o país.
2020-2022	O FUNDO DO POÇO	A pandemia agrava a crise. Em 2022, um bloqueio de 14,5% e um corte de 300 milhões levam a Rede Federal a um alerta máximo para o risco do colapso.
2023	INÍCIO DA RECOMPOSIÇÃO	Governo inicia a recuperação com suplementação bilionária e anuncia a construção de novos campi sinalizando uma retomada dos investimentos.
2024	INVESTIMENTO CONTÍNUO	Nova Suplementação fortalece o orçamento, com ampliação de recursos para reitores e para a assistência estudantil.
2025	FUTURO E DESAFIOS	Anunciada recomposição adicional, mas um decreto que limita o empenho temporário dos recursos cria um novo desafio e gera incerteza.

Quadro 01 – Cronologia dos Fatos

Fonte: próprio autor.

METODOLOGIA

O presente estudo adota uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, fundamentada em pesquisa bibliográfica e documental. Essa escolha metodológica justifica-se pela necessidade de compreender, de forma aprofundada, os fenômenos relacionados à EPT e aos desafios enfrentados pelos Institutos Federais no contexto contemporâneo.

A pesquisa bibliográfica foi realizada a partir da análise de obras clássicas e contemporâneas que discutem a EPT, a dualidade educacional e o papel social dos Institutos Federais, com destaque para autores como Gaudêncio Frigotto, Dermeval Saviani e István Mészáros. Foram também considerados artigos científicos publicados em periódicos da área, com o objetivo de situar o estudo no estado da arte das discussões acadêmicas.

A pesquisa documental concentrou-se na análise de legislações e normativas que impactam diretamente a organização e o funcionamento da EPT no Brasil, tais como a Lei nº 11.892/2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, a

Lei nº 13.415/2017, que trata da reforma do Ensino Médio, e a Emenda Constitucional nº 95/2016, que estabelece o teto de gastos públicos. Esses documentos foram analisados com vistas a compreender seus efeitos sobre o financiamento, a estrutura e a identidade institucional dos IFs.

Como complemento analítico, foram examinados materiais audiovisuais, especialmente palestras e entrevistas do professor Gaudêncio Frigotto disponíveis em plataformas digitais. A seleção desses materiais considerou critérios como relevância temática, aderência ao objeto de estudo e atualidade (publicações entre 2018 e 2024). Esses conteúdos foram utilizados como fontes interpretativas, contribuindo para a compreensão crítica das transformações recentes na EPT.

Além disso, realizou-se um levantamento de dados secundários relativos ao financiamento da educação federal no período de 2014 a 2025, com base em relatórios oficiais, documentos institucionais e estudos já publicados. Esses dados foram analisados de forma contextual, buscando identificar tendências, inflexões e impactos das políticas de austeridade sobre os Institutos Federais.

Os dados coletados foram tratados por meio da técnica de análise de conteúdo, conforme proposta por Bardin (2011), permitindo a categorização e interpretação dos principais eixos temáticos emergentes, tais como: contrarreforma do Ensino Médio, subfinanciamento da educação pública, precarização institucional e tensões entre formação integral e demandas do mercado de trabalho.

Por fim, destaca-se que o estudo não se propõe à generalização estatística dos resultados, mas à construção de uma interpretação crítica e fundamentada sobre os desafios contemporâneos dos Institutos Federais, contribuindo para o debate acadêmico e para a reflexão sobre políticas públicas educacionais no Brasil.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O futuro dos IFs, encontra-se em um momento crucial, enfrentando o risco de derretimento de sua identidade original. A principal ameaça reside na contrarreforma, que é considerada por Frigotto (2024) como um crime por sequestrar a base e fragmentar mais a formação dos jovens, empurrando-os para uma profissionalização precoce e restrita às demandas imediatas do mercado, sem o fundamento científico e humanístico necessário.

Essa pressão do mercado, que busca transformar os IFs em fábricas para atender a interesses específicos de grandes produtores ou corporações, desvia a instituição de sua função social mais ampla de promover o desenvolvimento sustentado local e regional, bem como a melhoria da qualidade de vida das populações. Além disso, a falta de diálogo e unidade do Conselho Nacional das Instituições de Rede Federal de Educação, Ciência e tecnologia (CONIF), o subfinanciamento e a carência de dados e pesquisas prospectivas para o planejamento de cursos são desafios que fragilizam os IFs e os deixam suscetíveis a pressões externas, incluindo uma visão do Ministério da Educação (MEC) orientada pelo mercado.

Contudo, apesar desses desafios, é vislumbrada grande possibilidade para os IFs, desde que se lute pela manutenção e fortalecimento de sua identidade singular: a unidade na diversidade. Isso implica priorizar o Ensino Médio Integrado como o pilar fundamental que oferece uma formação omnilateral, integral e politécnica, munindo os jovens com uma sólida base científica e humanística, essencial para o trabalho complexo e para capacitá-los a serem sujeitos críticos e participantes plenos da vida social, política e cultural.

A ação coletiva, o diálogo qualificado e a solidariedade entre os institutos e seus servidores são cruciais para que a rede tenha poder de pautar o MEC e não o inverso, resistindo à pedagogia do medo e garantindo que a educação pública de qualidade chegue ao Brasil profundamente, formando cidadãos capazes de discernir e transformar a realidade. O futuro dos IFs, portanto, dependerá da capacidade de seus dirigentes, professores e técnicos de defenderem com veemência e unidade os princípios que deram origem a essa que é considerada a maior política pública de ensino de qualidade interiorizada que o Brasil já teve.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou compreender os principais desafios que os IFs vêm enfrentando ao longo da última década em meio a sucessivas mudanças políticas e restrições orçamentárias.

À luz da análise realizada por Frigotto (2024), constata-se que a instituição se encontra em um momento decisivo de sua trajetória sob risco de um progressivo derretimento de sua identidade original. Entre as ameaças mais significativas, destaca-se a contrarreforma do ensino médio, considerada por Frigotto (2024) um verdadeiro crime por sequestrar a base da formação, fragmentar ainda mais o processo educativo e induzir uma profissionalização precoce limitada às demandas imediatas do mercado de trabalho.

Essa lógica mercadocêntrica tende a transformar os IFs em simples fábricas voltadas para atender interesses específicos de grandes empresas ou setores produtivos, distanciando-os de sua função social essencial: promover o desenvolvimento local e regional sustentável e contribuir para a melhoria da qualidade de vida das populações. Somam-se a esse cenário adverso a fragilidade do diálogo e da articulação interna da Rede Federal no âmbito do CONIF, o persistente subfinanciamento e a escassez de dados e estudos prospectivos que subsidiem um planejamento de cursos alinhado às necessidades sociais mais amplas. Tais fragilidades tornam os IFs vulneráveis a pressões externas e a uma concepção de educação guiada por interesses imediatos do mercado, em detrimento de uma visão integral e emancipatória.

Apesar desses obstáculos, é ressaltado que ainda há grande possibilidade para a preservação e o fortalecimento dos IFs, desde que se mantenha firme a defesa de sua identidade singular pautada na unidade na diversidade. O caminho para isso passa por priorizar o Ensino Médio Integrado como eixo estruturante, assegurando uma formação omnilateral, integral e politécnica, capaz de fornecer aos jovens uma sólida base científica e humanística.

Tal formação é imprescindível não apenas para o domínio do trabalho complexo, mas para a formação de sujeitos críticos, conscientes e participativos na vida social, política e cultural.

É fundamental ressaltar que a trajetória de precarização orçamentária, intensificada a partir da Emenda Constitucional nº 95/2016, deixou marcas profundas na capacidade de atuação dos IFs. Embora os anos entre 2023 a 2025 sinalizem um necessário movimento de recomposição e recuperação dos investimentos, os efeitos de uma década de cortes e contingenciamentos ainda são sentidos. A estabilidade financeira, portanto, transcende a mera gestão de despesas básicas e se firma como condição indispensável para a autonomia pedagógica e para a execução plena do projeto educativo dos IFs que visa à integração entre ensino, pesquisa e extensão com foco no desenvolvimento local e regional. Sem recursos adequados e previsíveis, a capacidade de resistir às pressões mercadológicas e de planejar a oferta de cursos de forma estratégica fica severamente comprometida.

Neste contexto, a luta pela preservação da identidade dos IFs representa também uma resistência ao ressurgimento da histórica dualidade educacional que sempre marcou o Brasil, dualidade esta que separa a formação propedêutica e crítica para as elites da formação meramente técnica e instrumental para a classe trabalhadora. A defesa do EMI como pilar da instituição é a principal trincheira contra esse retrocesso. Diante disso, o chamado de Frigotto à mobilização coletiva, à solidariedade entre as instituições e à coragem para pautar o debate público ganha

ainda mais urgência. O futuro dos IFs dependerá, em grande medida, da capacidade de sua comunidade — dirigentes, servidores e estudantes — de construir uma frente unificada para defender ativamente um projeto de educação pública, gratuita, integral e socialmente referenciada.

Agradecimentos

Agradeço ao Instituto Federal de Mato Grosso – IFMT, primeiramente por poder proporcionar a oportunidade de estudo através do convênio firmado com o IFES – Instituto Federal do Espírito Santo, Instituição criadora e mantenedora do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT e todo o corpo docente do programa. Agradeço também pela Portaria IFMT nº 3.100/2025 de 20 de maio de 2025 que concedeu o afastamento das atividades desenvolvidas nos Campi aos servidores para participarem do Programa nos dias em que houver aula.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. **Emenda Constitucional Nº 95, de 15 de dezembro de 2016**. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm. Acesso em: 04 maio 2026.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11892.htm. Acesso em: 04 maio 2026.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e nº 11.494, de 20 de junho 2007, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm. Acesso em: 04 maio 2026.

FEITOSA, D. S.; SANTOS, L. B.; SILVA, J. A. da. Paulo Freire e a pedagogia libertadora: educação para além da formação técnica. **Revista Filosofia e Educação**, v. 14, n. 1, p. 203-221, abr. 2022. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rfe/issue/view/1888>. Acesso em: 04 maio 2026.

FRIGOTTO, G. A polissemia da categoria trabalho e a batalha das ideias nas sociedades de classe. In: **31ª Reunião da ANPEd**, 2008, Caxambu. GT Trabalho e Educação... Caxambu: ANPEd, 2008. p. 16-20.

FRIGOTTO, G. A crise da educação profissional no Brasil: desafios e perspectivas. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 39, n. 145, p. 1-19, 2018.

FRIGOTTO, G. Os Institutos Federais e sua identidade: desafios em tempos de regressão social. **Profiscientia – Revista da Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica**, v. 5, n. 18, p. 1-11, 2024. Disponível em: <https://profiscientia.ifmt.edu.br/profiscientia/profiscientia/article/view/182/187>. Acesso em: 04 maio 2026.

FRIGOTTO, G. **Palestra: Os Institutos Federais e sua Identidade | 8º WORKIF 2023** [recurso eletrônico]. Publicado por: IFMT Oficial. YouTube, fev. 2024. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bHv-Ga-fdA8>. Acesso em: 04 maio 2026.

FRIGOTTO, G. **Episódio 11 – Pesquisai entrevista Gaudêncio Frigotto, um dos idealizadores dos Institutos Federais** [recurso eletrônico]. Publicado por: IFMG Play. YouTube, out. 2024. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3SvPHJjeSh8>. Acesso em: 04 maio 2026.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. **Ensino Médio Integrado: concepção e contradições**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.

NEVES, L. M. W.; PRONKO, M. **O mercado do conhecimento e o conhecimento para o mercado: da formação para o trabalho complexo no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008.

RAMOS, M. A educação profissional e tecnológica no Brasil: desafios para o século XXI. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 49, n. 174, p. 82-101, 2019.

SISTEMA INTEGRADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO (SIOP). **Dados orçamentários da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, 2014-2024**. Brasília: MEC, 2026. Disponível em: https://www1.siop.planejamento.gov.br/QvAJAXZfc/pendoc.htm?document=IAS%2FExecucao_Orcamentaria.qvw&host=QVS%40pq1k04&anonymous=true&sheet=SH06. Acesso em: 04 maio 2026.